

A BANDEIRA DA LÍNGUA COMO UM ARQUÉTIPO DE PÁTRIA: Ficções da *lusofonia* em contexto pós-colonial

Ana Isabel Madeira

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade

1649-013 Lisboa

ana.madeira@fpce.ul.pt

Tel.: 217964196

Fax: 217933408

A BANDEIRA DA LÍNGUA COMO UM ARQUÉTIPO DE PÁTRIA: FICÇÕES DA *LUSOFONIA* EM CONTEXTO PÓS-COLONIAL

ANA ISABEL MADEIRA

Universidade de Lisboa

INTRODUÇÃO

«A nossa localização em África, na América e na Europa – em países tão diversos, *ligados* pela distância – concede-nos um estatuto muito especial, abrindo uma série de possibilidades ao inquérito histórico e comparado. Não se trata de nos considerarmos como um ‘caso peculiar’, que confirmaria ou infirmaria certas teses. Trata-se de assumirmos que a nossa especificidade pode ser elaborada conceptualmente e trabalhada enquanto campo teoricamente *conhecível*» (Nóvoa, 2000: p. 127).

Apesar dos debates que se vêm travando (Santos, 2002; Ramalho e Ribeiro 2002; Bastos, Almeida & Feldman-Bianco, 2002), o conceito de *lusofonia* é ainda um atributo marcado pela ambiguidade com que circula no processo de produção de conhecimentos e de sentidos, quer no campo ideológico, quer no campo das ciências sociais. Seria ingénuo supor que o processo de produção de noções e categorias de conhecimento é independente das estratégias ideológicas e de poder dos grupos sociais que detêm os meios de produção de significados e de sentidos para as práticas do colectivo. Isto é tanto mais importante quando sabemos que a circulação destes sentidos interpelam permanentemente o sujeito para a reconstituição de novos processos de subjectivação e de identificação orientados para a tomada de posições, ou seja, para a acção social e política.

Por outro lado seria no mínimo incompreensível ignorar a existência de significações culturais singulares bem como a partilha linguística entre países que travaram, com Portugal, em tempos e espaços muito amplos, relações históricas e experiências coloniais e pós-coloniais muito diversas. Para encontrar esta especificidade é necessário elaborar conceptualmente sobre este campo de discontinuidades permanentes, razão pela qual nos parece de toda a pertinência desenvolver um trabalho

de comparação. Isto porque, independentemente da proximidade linguística e cultural ou da distância espaço-temporal é necessário interrogar sistematicamente o modo como alguns conceitos são produzidos, apropriados e incorporados nos discursos de verdade. Para conhecer e produzir conhecimentos sobre esse campo teoricamente conhecível, impõe-se portanto reflectir sistematicamente sobre o modo como observamos a realidade a partir de determinadas categorias de pensamento e, também, o modo como essas categorias têm de ser pensadas como construções destinadas a representar a própria realidade.

O objectivo deste ensaio é contribuir para essa reflexão, ao tentar traçar o percurso de emergência da categoria *lusofonia*, desde a sua configuração como unidade de significação de um discurso epistemológico, até à sua mobilização conceptual como unidade de significação de um discurso científico¹. O texto é atravessado por duas ideias centrais cujo desenvolvimento encontra ilustração em campos de produção teóricos multidisciplinares, articulados pela utilização de metodologias de trabalho comparadas. A primeira ideia sustenta que a língua não é independente dos processos de *saber* e de *poder* associados à sua utilização. A segunda sugere que a actualização do conceito de língua em *lusofonia* é uma tentativa de reconstruir uma categoria simbólica destinada a renegociar as identidades dos povos que tem como língua oficial o português. É sobre estas ideias que se constroem as três partes que compõem o texto. Na primeira, discute-se a questão da língua como um espaço de intercompreensão e situa-se a emergência do vocábulo *lusofonia* na área linguística galaico-portuguesa. Na segunda parte, questiona-se a tese da uniformidade/identidade lusófona procurando salientar a multiplicidade de sentidos em que a *fonia* lusitana se fragmenta. Na terceira e última parte aborda-se a questão da retórica lusófona, e identificam-se alguns elementos do discurso que permitem reconstituir o trajecto de ideias, temas e representações que operam a transição das narrativas coloniais para as pós-coloniais.

¹ Este texto resulta do contributo dos colegas e amigos que comigo partilharam, nas sessões do Seminário de Doutoramento da FPCE – UL, um intenso e construtivo debate. Todavia, seria injusto esquecer a importância que tiveram, nestes últimos anos, as experiências e os contactos proporcionados pela participação na rede europeia *Prestige*. O contacto com investigadores moçambicanos e brasileiros foi igualmente fundamental para a incorporação de um outro olhar sobre um tema tão controverso como o da lusofonia. Agradeço em particular ao Professor José de Sousa Miguel Lopes, da UNILESTE de Minas Gerais e à Professora Marilda da Silva, da UNESP, a atenção que dedicaram à leitura das diversas versões do texto. Há, nestas várias incursões, a marca de água do Professor António Nóvoa, porque em rigor, tal como as pessoas, as ideias também crescem pelo estímulo do afecto e da inteligência.

A definição de um quadro crítico de observação deste itinerário conceptual não poderia dispensar uma referência às condições práticas do exercício epistemológico. É provável que estejamos a trabalhar sobre um tempo ainda demasiado presente, de tal forma que a nossa participação na produção do objecto de conhecimento se confunda com a ilusão metodológica de poder analisá-lo a partir do interior. Seguramente, a subjectividade a que esta intimidade forçada conduz e que é a de sermos, simultaneamente, os actores e os intérpretes de uma narrativa, os destinatários e os críticos da mensagem que nos é destinada, nos coloca numa situação paradoxal. Enquanto membros de uma comunidade com uma história partilhada, participamos nas narrativas onde se inscrevem, como nas duas faces de uma mesma moeda, a mitologia histórica e a crítica histórica das mitografias. Por isso, como diria Ricoeur, o nosso objecto só pode construir-se, enquanto tal, subordinado à tarefa da sua própria «dissolução» (Ricoeur, 1983: 142). Esta tarefa obriga a deslocamentos no interior do campo de produção de conhecimentos, exercendo uma vigilância sobre o paradoxo inevitável da nossa própria situação de povos lusófonos, imersos numa temporalidade presente — brasileira, moçambicana, portuguesa..., etc. Temos, por tudo isto, que partir de um pressuposto que aceite esta duplicidade: a que resulta do facto do sujeito cognoscente participar no objecto do conhecimento e ser ele próprio o narrador e a expressão-produto das narrativas que lhe permitem torná-lo inteligível. Transmutar a intimidade em proximidade crítica e a interioridade em exterioridade analítica, eis a tarefa difícil implicada nesta ousada tentativa de historicizar um objecto com o qual estabelecemos uma cumplicidade ontológica.

A LÍNGUA COMO UM ESPAÇO DE INTERCOMPREENSÃO

Acordamos para uma língua e, antes de sermos capazes de ler ou escrever o alfabeto, estamos já mergulhados num conjunto de sentimentos, crenças e valorizações. Acordamos para uma língua sem saber ainda como articulá-la. A língua antecipa-se-nos, construindo o nosso referencial. Não são as nações nem os povos que criam as línguas. Da tribo à nação, são as línguas que contêm dentro de si os povos que as falam. A sua identidade é-lhes dada, em primeiro lugar, pelo meio de expressão linguística. Se na linguagem popular, quotidiana, «falar, é falar-se» (Kristeva, 1980: 19), a expressão literária prolonga essa inevitabilidade que é a da anterioridade da língua ao sujeito que a

fala/escreve. Nesse sentido, quando o heterónimo Bernardo Soares confessava «Eu não escrevo em português. Escrevo eu mesmo» (2001: 391), era desse mesmo eu que Pessoa deslizava, como prenúncio de um delírio psíquico, para a perturbação da sua própria identidade²:

«Aquele movimento hierático da nossa clara língua majestosa, aquele exprimir das ideias nas palavras inevitáveis, correr de água porque há declive, aquele assombro vocálico em que os sons são cores ideais – tudo isso me toldou de instinto como uma grande emoção política. [...] Minha pátria é a língua portuguesa» (Soares, 2001: 254-5).

A língua é, efectivamente, um capital de memória que recicla e actualiza a sua própria substância, isto é, o seu suporte material e simbólico. Material, porque é regra — fonética, ortografia, morfologia e sintaxe; simbólico, porque a língua não é um instrumento neutro que se esgota no seu uso comunicante empírico. É antes, como diria Eduardo Lourenço, «um corpo vivo, sonoro e sensível» (1999b: 128), um sistema de regras suficientemente aberto para nele se inscrever «um registo cultural com uma identidade própria e, ao mesmo tempo, *intercultural*». Para usar uma metáfora, é como se se tratasse de um corpo e de uma alma «que articulam uma certa esfera movediça do *ser* com diversas esferas possíveis do *fazer*» (Silva, 1993: 142). A simultaneidade desta dupla afectação sobre a língua, a do *ser* e a do *fazer*, submete a análise do seu exercício concreto a várias abordagens possíveis. Por um lado, indiciada à sua materialidade e realidade objectivas, isto é, ao composto de regras, códigos e mensagens que se criam permanentemente entre emissores e receptores, a língua é essencialmente um sistema de comunicação. Como tal, a descrição motora, acústica e auditiva da matéria fónica deve estar subordinada à sua *análise estrutural*, leia-se, à procura de relações entre os sons da linguagem do ponto de vista dos seus usos linguísticos, segundo as tarefas que desempenham na língua (Jakobson, 1977: 45 e 85). É dessa matéria que se ocupam os seguidores das investigações *fonológicas*, de Saussure ao círculo de Praga, passando por Sapir e Bloomfield, com incursões pela teoria semiótica de que são exemplo Peirce e Eco. Por outro lado, e é esse registo que nos interessa, a língua actualizada em linguagem — falada e escrita —, transforma esse acto de comunicação numa matéria-prima susceptível de abrir às demais ciências sociais um campo de análise, não apenas

² Sobre a “geografia interior” do heterónimo Bernardo Soares inscrita numa crítica à utilização descontextualizada do aforismo *minha pátria é a língua portuguesa*, ver o artigo de António Tabucchi “A pátria da língua e o exílio do escritor” (Tabucchi, 2000).

sobre a linguagem, mas, como diria Foucault (2001a: 856), «daquilo que se pode fazer com a linguagem», ou seja, a análise das produções discursivas³.

OS OBJECTOS DO DISCURSO: NOMES, COISAS E REGIMES DE EXISTÊNCIA

O termo *lusofonia* só muito recentemente surge como um vocábulo registado nos dicionários de língua portuguesa. Uma breve incursão neste instrumento de pesquisa demonstra que é na segunda metade da década de noventa que a palavra começa a fazer parte do léxico vocabular pertencente à área linguística galaico-portuguesa⁴. Neste percurso até à consagração lexical, deve assinalar-se que a sua utilização familiar vinha em crescendo já desde a década anterior, empregue em domínios tão diversos como diverso o seu uso nos vários domínios, do ensaio jornalístico à poesia, passando pela produção académica nas áreas da crítica literária⁵, da economia⁶ ou da sociologia da cultura⁷. O culminar deste processo como que se desvenda na descrição fornecida pelo novíssimo dicionário da Academia de Ciências de Lisboa:

³ Situarmo-nos neste entendimento da matéria língua implica uma remissão ao campo da linguística de modo a permitir a sua manipulação enquanto material de reflexão histórica e sociológica. Entenda-se que não são, nem a *forma*, nem as *funções* da língua, a matéria empírica de que nos ocupamos, ainda que procuremos algum *sentido* para o *som* da lusofonia. Por outras palavras, não é nas ciências da língua que nos apoiamos para analisar o significado e operacionalidade objectiva do conceito *lusofonia*, mas há que procurar na fonologia e na semântica, uma redução limite senão da ontologia, da etimologia desse mesmo conceito. A utilização recorrente do termo no conjunto de trabalhos produzidos nesta colectânea, justificá-lo-ia por si só. Porém, o maior contributo estará, porventura, na desocultação dos seus usos simbólicos no âmbito da produção de uma nova mitologia sobre o lugar de Portugal na cena internacional, nomeadamente na interface Europa/África/América.

⁴ Nesta pesquisa foram consultados, por ordem cronológica, os seguintes dicionários:

Dicionário de Língua Portuguesa de António de Morais Silva (1954); *Novo Dicionário Brasileiro Ilustrado* (1962); *Dicionário de Língua Portuguesa*, elaborado por Antenor Nascentes (1966); *Grande Dicionário Brasileiro Melhoramentos* (1975); *Dicionário Melhoramentos da Língua Portuguesa* (1977); *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, coordenação de José Pedro Machado (1981); *Dicionário da Língua Portuguesa*, por J. Almeida Costa e A. Sampaio e Melo (1985); *Dicionário de Língua Portuguesa Cândido de Figueiredo* (1986); *Michaelis, Dicionário Prático de Língua Portuguesa* (1987); *Melhoramentos, Dicionário Prático da Língua Portuguesa* (1995); *Grande Dicionário da Língua Portuguesa Cândido de Figueiredo* (1996); *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis* (1998); *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (2001).

⁵ Os primeiros registos no título do vocábulo lusofonia/lusófono, surgem já nos finais dos anos oitenta nas publicações do Instituto de Estudos Luso Galaicos da Fundação Viqueira, nomeadamente na *Revista Internacional de Lusofonia*, posteriormente denominada *Revista Internacional da Lusofonia de Sociopedagogia e Sociolinguística*. Cf. Fontenla (1987 e 1988a).

⁶ Cf. Braga de Macedo (1996).

⁷ Cf. Dário Castro Alves (1999).

«Lusofonia, s.f. 1. Qualidade de ser português, de falar português; o que é próprio da língua e cultura portuguesas. 2. Comunidade formada pelos países e povos que têm o português como língua materna ou oficial. 3. Difusão da língua portuguesa no mundo» (2001: 2310).

Outros dicionários reservam à *lusofonia* o estatuto de neologismo (por referência ao vocábulo já registado *lusófono*⁸) que indica a situação de um país ou povo cuja língua *oficial* é o português. Traduz-se, deste modo, na adopção *oficial* do português pelos sete países que compõem a “comunidade” de nações de expressão oficial portuguesa: Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe⁹. Noutras obras consultadas¹⁰, a *lusofonia* é entendida como o “conjunto das identidades culturais existentes entre os sete (actualmente oito, se lhe acrescentarmos Timor) países de língua portuguesa” e também, em simultâneo, o “conjunto dos falantes de português”. Assinale-se o emprego quase intermutável das expressões “comunidade”, “identidades culturais”, “conjunto dos falantes” como termos sinónimos ou, pelo menos, equivalentes, para já não mencionar a amálgama das referências a “povos”, “nações” e “países” como sendo uma e a mesma coisa. Estas indefinições terminológicas colocam-nos *ab initio* um conjunto de dificuldades no âmbito do trabalho colectivo que temos vindo a desenvolver de um lado e do outro do Atlântico¹¹. Exercer uma vigilância sobre os processos e os produtos da construção desse espaço deve começar por questionar o *regime de existência* desse objecto primeiro do discurso que é a ideia de lusofonia.

⁸ Segundo Peixoto da Fonseca, da Academia de Ciências de Lisboa, *lusófono* deve ter-se inventado por analogia com o francês *francophone*, que data de 1949, segundo o Petit Robert. *Luso* está para *português*, e não propriamente para *lusitano*, e *-fono* é um sufixo de origem grega com o sentido de voz, som, idioma.

⁹ Há ainda outras regiões em que há populações que usam o português, nomeadamente em Macau e em Goa, na Ásia, e em Timor, na Oceania. Por outro lado, devemos considerar as comunidades de emigrantes portugueses que, nos cinco continentes, utilizam a língua-mãe para comunicarem entre si. Segundo estimativas de “geometria variável”, estas comunidades constituiriam um conjunto de cerca de 200 milhões de falantes, situando a língua portuguesa em sétimo lugar no conjunto das línguas mais faladas em todo o mundo. A *lusofonia* representa, portanto, e de um ponto de vista formal, o conjunto de falantes incluídos nos sete países de expressão portuguesa (Portugal e Brasil), que têm o português como *língua-mãe* e nos outros cinco (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e mais recentemente Timor), que têm o português como *língua oficial*. Há ainda a considerar a situação do português na Galiza: com efeito, na Galiza, a Constituição espanhola e o Estatuto de Autonomia consagram o direito da “Nacionalidade histórica” galega a usar como língua oficial, com o castelhano, a *língua própria* do país ou “galegoportuguês” ou, se quisermos, “português da Galiza”. Cf. J. F. Fontenla (1988b).

¹⁰ Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora, edição *on line*, www.portoeditora.pt.

¹¹ Os contornos deste projecto encontram-se delineados no texto de António Nóvoa (2000) “Tempos da Escola no Espaço Portugal-Brasil-Moçambique: Dez digressões sobre um programa de investigação”.

Primeiro obstáculo, trata-se de uma *noção* em construção cujo significado só muito recentemente se estabilizou no léxico. No decurso desse processo têm-se vindo a substituir termos e designações que assim se tornam arcaicas. Atente-se, por exemplo, nos termos “lusismo”, “lusitanismo” e “lusocultura” que, em rigor, são praticamente ignorados na linguagem familiar para designar a língua e a cultura portuguesas, e também nos adjectivos hifenizados “luso-africano”, “luso-brasileiro”, “luso-galaico”, “luso-americano”, que caíram em desuso a favor de uma cada vez maior utilização do(s) vocábulo(s) *lusófono(s)* e *lusofonia*. Para Barbosa Sobrinho, linguista brasileiro, este fenómeno ilustra a natureza misteriosa do «fluir perpétuo do idioma [em que] há mortes e há nascimentos» (Sobrinho, 2000: 133). Considerando que há muito que superámos a visão biologista que considerava a elisão e substituição de termos e noções do léxico uma consequência da evolução natural das línguas, cumpre-nos questionar a natureza da metáfora. É com a proposta de Foucault que se torna possível exercer uma prática metodológica alternativa (Foucault, 1969). O projecto da descrição arqueológica do campo discursivo permite considerar a noção de *lusofonia* como uma unidade de funcionamento no discurso, como um acontecimento passível de ser descrito, como um traço no encadeado das narrativas que articulam a história dos povos que utilizam a língua portuguesa. Face a este entendimento, a formação destes novos *faits de discours*, isto é, o modo como se processa o *nascimento* e a *morte* de vocábulos e expressões que configuram a produção de noções, categorias ou conceitos novos, não são independentes das condições em que estes elementos são convocados para um discurso. Neste sentido, a substituição, “morte” ou “nascimento” de noções ou conceitos, pressupõe um trabalho de análise histórica que esclareça a sua emergência num ponto preciso dos enunciados, o seu encadeamento a outros conceitos ou a sua transferência para campos discursivos transversais (por exemplo, no domínio da política, da economia, da cultura), donde ser necessário inventariar os domínios em que se actualizam esses elementos: domínios em que os discursos articulam referentes de *outras* práticas e signos de *outras* coisas — relações sociais, relações económicas, relações políticas. Domínios em que se produzem ou são reproduzidas as refacções simbólicas — nos conceitos, nas representações, nas redes de ideias que se constituem como práticas discursivas.

Segunda dificuldade, o termo *lusofonia* surge associado a uma constelação de outros *conceitos* (nação, identidade, cultura, comunidade...), cuja articulação ao suporte

língua parece pressupor uma relação contígua com categorias da percepção que procuram tornar coerentes relações entre dimensões ambivalentes (nações/comunidades/povos; identidade/cultura; língua materna/língua oficial). A interpretação destas cadeias de inferência pode contemplar múltiplas leituras. Na perspectiva estruturalista a articulação da língua com estes referentes denota o «efeito de sentido» (Pinto, 1978: 71) produzido pela sua utilização no discurso: ao trabalhar sobre a matéria língua, sobre o som, este efeito configura uma mensagem, uma representação mental e uma imagem imediatas. Mas esta representação é difusa porque a relação entre o significante e o significado (entre a imagem acústica e o conceito) se encontra aberta a múltiplos entendimentos (porque a múltiplos conceitos) tornando difícil a apropriação de *um* único sentido. Trata-se de um artifício da linguagem que configura aquilo a que Bachelard apelida *obstáculo substancialista*, uma ideia construída à custa da montagem das mais dispersas e até opostas intuições, unindo à substância do objecto (termo) qualidades diversas, tanto superficiais como profundas, tanto manifestas como ocultas (Bachelard, 1989: 98). Quase inversamente, o que interessa a Foucault são, não os signos de que o discurso se compõe — elementos significantes que reenviam para conteúdos ou representações —, mas sim as práticas de que os discursos se servem para constituir esses signos como objectos de representação. O campo que se abre assim à análise dos discursos permite superar a análise de conteúdo por um compromisso teórico-metodológico com a descrição dos enunciados. Surge assim um projecto de descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a pesquisa das unidades que aí se formam. Analisar os discursos como práticas é procurar neles as regras de enunciação que autorizam a inclusão de determinados objectos (conceitos, termos, noções) e a exclusão de outros; a sua organização nos enunciados; os temas que se emancipam e os que degeneram num dado período histórico. É através da descrição das regras de formação (Foucault, 1969: 44-54) que se desenham as regularidades do campo discursivo, a coexistência, alternância, desaparecimento e ressurgimento de determinados temas e debates num dado espaço-tempo. É neste inventário que vamos poder encontrar um programa específico para a lusofonia, uma retórica formada por um conjunto de silêncios, repetições e reproduções que delimitam temporalmente os espaços da *intercompreensão* em português (Bourdieu, 1998: 17).

Terceiro aspecto, ao convocar um universo de referentes que articula no discurso, a noção de lusofonia projecta-se para fora do texto em imagens que são conteúdos e continentes abertos à recriação do sujeito que a enuncia. Recorda-nos Carlo Ginzburg que as imagens associadas às declarações verbais são inevitavelmente ainda mais ambíguas, mais abertas a diferentes interpretações que as próprias relações entre signo e referente (Ginzburg, 1990: 59). Um vocábulo que é capaz de nos atirar para fora do (con)texto, para além da narrativa, em busca de outros territórios, limites, fronteiras, povoado de outros actores, cores, cheiros e sabores é um poderoso criador de imagens simbólicas pluridimensionais, aquilo a que Leroi-Gourhan chamou «mitografias» (Leroi-Gourhan, 1981).

É assim que o enunciado lusofonia — tanto pela escrita como na oralidade — nos força, por um lado, a uma busca dos limites geográficos e espaciais da actualização da língua portuguesa, como se precisássemos de objectivar uma linha de fronteira que separasse este espaço comum de outros espaços linguísticos (como por exemplo, o da francofonia ou o da anglofonia). Mas, por outro lado, como este limite não existe *a priori*, senão na dimensão simbólica, as fronteiras correspondem a categorias de pensamento especialmente criadas para conter conjuntos de falantes que são em quase tudo dissemelhantes¹². Somos então confrontados, não com a matéria da língua, mas com os conteúdos de que a língua se serve para ocupar este espaço-tempo. Pode bem ser que essa matéria, essa parte incoerente e multiforme constituída por uma prática discursiva que se apresenta sob a forma de uma unidade linguística para um conjunto indeterminado de culturas, de comunidades e de povos se nos apresente como a “ponta do iceberg” de que fala Paul Veyne, uma instância feita da mesma matéria que a parte oculta dessa massa, mas de que apenas vislumbramos uma pequena parte (Veyne, 1979: 214). Ora, é precisamente na matéria desse confronto, no significado dessa “coisa dita” que a *lusofonia* — no *como* e no *quando* é dita, em que circunstâncias e por *quem* —, é nesse campo de utilização da matéria-palavra que temos de investir a nossa análise se quisermos analisar as condições do seu manifesto aparecimento e as transformações que esse acontecimento está a produzir num campo prático de enunciação.

¹² É neste ponto que esta ideia se cruza mais intensamente com a retórica da identidade a que nos referiremos a seu tempo.

“LAÇOS” E “NÓS” DA LUSOFONIA

Convocar um debate sobre a lusofonia convida-nos a seguir o trajecto dos discursos que se afirmaram na identificação das diferenças e semelhanças para sublinhar a unidade da especificidade portuguesa. Por conseguinte, se optarmos por estabelecer um ponto a partir do qual se inicia o processo de difusão de uma determinada língua e a partir dele procurarmos «os laços de derivação» (Ricouer, 1983: 134) que ligam os homens, no espaço e no tempo, a uma mesma *fonia* poderemos perguntar: o que distingue, em parencas e diferenças, ou melhor, o que é que *nos* entrelaça a *nós* cultura e “comunidade lusófona” para além de uma língua comum? O que é que faz com que, no uso da língua portuguesa, se crie uma forma “única” (ou plural) de vivê-la, de suscitar uma identificação (ou não) transversal e transcontinental dos indivíduos que a falam? Que elementos narrativos (mitologias, ideologias, representações) participam na produção desse conhecimento e reconhecimento implicado na própria língua? Estas interrogações suscitam a passagem da reflexão por três pontos invariavelmente presentes nas diversas narrativas sobre a lusofonia, constituindo, por assim dizer, como que uma retórica da língua portuguesa. Referimo-nos ao *discurso da uniformidade*, ao da *identidade* e, por último, ao modo como ambos se combinam numa *visão ficcional* da lusofonia.

A retórica da uniformidade

A fixação de uma qualquer língua sobre outra é, em si mesmo, um acto de superioridade cultural. Uma vez que a inespecificidade funcional das línguas é *ipso facto* um universal da cultura¹³, a diferenciação linguística é um produto da história político-cultural e deve ser entendida como o predomínio de uma força linguisticamente unificadora que se impõe, forçando ao convívio cultural as forças linguisticamente diferenciadas, emancipando umas línguas face às outras e relegando o uso das últimas para funções e estatutos subordinados, inferiores, periféricos e vulgares (Houaiss, 1987: 24).

¹³ Segundo António Houaiss, «Todas as tentativas de estudar as línguas dos homens sob a luz de uma especificidade funcional — línguas mais próprias para a prática, ou mais próprias para a lógica, ou mais próprias para a ciência, ou mais próprias para a poesia, ou mais próprias para a mística, ou, noutros pólos, mais próprias para o comércio, ou o amor, ou o futebol, ou a prostituição, ou o machismo, ou o chulismo — [...] revelam na verdade apenas certo tipo de dependência dessas línguas para com o momento cultural do povo que a fala ou escreve». Cf. António Houaiss (1987).

Mas as línguas não se impõem de qualquer maneira. É com a escrita que algumas línguas entram para a *transtemporalidade*; a escrita acumulada em reserva gráfica torna-se o cânon da memória; é com a escrita que o passado se torna o presente escrito do futuro. É através do sistema de ensino e da escola que o código da língua escrita, identificada com a língua correcta, adquire a força de lei. Torna-se deste modo a língua oficial, unificando o mercado escolar e linguístico ao mercado de trabalho, instaurando uma nova hierarquia dos usos linguísticos. É a imposição e o reconhecimento da língua legítima, nos seus usos práticos e simbólicos, que transforma um sistema de regras num sistema de comunicação ligado à memória, à tradição e à projecção da comunidade num imaginário colectivo. Não devemos esquecer que a dispersão da língua portuguesa pelos vários continentes deve os seus limites geográficos a um acto político de instituição. Aquilo a que hoje chamamos *lusofonia* imerso num sentido alegadamente “comum” do entendimento entre povos com origens e trajectos entre si muito diferentes, começou por ser um acto político: o da institucionalização do português como língua franca imperial, ligada à colonização do território sul-americano e à ocupação dos territórios africanos. É deste modo que a lusofonia *instituição política*, reclama e tenta impor a utilização legítima da norma linguística em todos estes espaços, invocando a preservação da norma culta como uma consequência *natural* do processo histórico quando, na verdade, se trata de uma imposição *político-cultural*. «A língua», como escreveu Bourdieu, «tem parte com o Estado, e isto tanto na sua génese como nos seus usos sociais. Através da sua constituição, o Estado cria as condições da constituição do um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória nas ocasiões oficiais e nos espaços oficiais» (Bourdieu, 1998: 25). Neste sentido, quer o discurso político, quer o jurídico — assim como o da administração ou o da *escola* — impõem-se sobre outros códigos linguísticos fixando a língua como a “norma teórica” de comunicação.

A língua portuguesa foi uma das que entrou nesta *transtemporalidade* porém de uma forma incompleta. Com um milénio de idade e menos ainda de escrita, o português começou por desenvolver-se bem no âmbito das línguas românicas mas desde o Renascimento que começou a acumular atrasos culturais quantitativos e qualitativos. No século XVIII, era já considerável a distância que separava a Península Ibérica dos países de língua alemã, de alguns países eslavos, bem como da França, da Inglaterra e da Flandres, estimando-se uma taxa de alfabetização entre os 30 e os 50% naquelas

regiões, contra cerca de 2% na Europa Peninsular (Houaiss, 1987: 30). Todavia, é no século XIX, numa fase mundial de institucionalização e de expansão organizacional da *escola*, que os atrasos educativos se exprimem com maior clareza, medidos não tanto pelo absoluto dos números, sempre questionáveis, mas pela amplitude do hiato que vai destacando Portugal, pela negativa, dos níveis de alfabetização alcançados pelos países europeus, a sul e a norte do continente. Calcula-se que a taxa de alfabetização da Europa Ocidental, na sua globalidade, se tivesse situado nos 15% em 1770, passando, um século mais tarde, a 75% e chegando a atingir praticamente a totalidade da população com mais de 6 anos de idade em 1900 (Triebel, 2001: 36). Portugal figura nas estimativas, já em 1850, entre os países do Sul e do Leste europeus com taxas abaixo dos 50%, ainda que neste grupo heterogéneo se incluam países com situações de analfabetismo muito diversas, por exemplo a da Espanha e da Itália, entre os 20% e os 25% e o caso do Império Russo, com taxas entre os 5% e os 10% (Sandberg, 1993: 76). Outros trabalhos apontam para taxas de analfabetismo que permitem completar este cenário, estabelecendo uma comparação entre o nosso país, a Espanha e a Itália:

«No quedan dudas en cuanto al hecho de que, a mediados del siglo XIX, Portugal pertenecía, junto con Italia y España, al grupo de los países del sur y suroeste de Europa en los cuales la gran mayoría de la población — 75 por 100 o más — era iletrada, en contraste con los países escandinavos, Alemania, Francia o Inglaterra, donde el analfabetismo variaba entre el 10 y el 30 por 100» (Reis, 1993: 214).

No domínio estatístico as «relações textuais» apresentadas pelos vários trabalhos, muitos deles baseados quase sempre nas mesmas fontes (Cipolla, 1969; Flora, 1983; Graff, 1981) e apresentando justaposições de categorias e distinções nem sempre comparáveis, confluem para que possamos, pelo menos, aduzir o *desvio* permanente do caso português quase sempre relegado para os últimos lugares da *aritmética política do Estado* (Popkewitz e Lindblad, 2001).

Se, no quadro europeu, a situação de atraso no desenvolvimento dos níveis de literacia está amplamente documentada, este facto é ainda confirmado pelos registos de outros Estados com os quais Portugal manteve relações coloniais e fluxos migratórios. Neste último caso, entre um conjunto formado por 20 países europeus, a taxa de analfabetismo dos emigrantes portugueses para os Estados Unidos da América entre 1895 e 1914 foi persistentemente a mais elevada, situando-se entre os 57% e os 65% (Cipolla, 1969: 96-7). Quanto ao Brasil, em 1890, quase três quartos de século após a

independência, a taxa de analfabetismo situava-se ainda nos 80%, uma tendência que se manteve durante a centúria seguinte regredindo até aos 45% de analfabetos em 1965, mas nunca deixando de se afirmar-se como uma das nações sul-americanas com um dos maiores índices de analfabetismo (Ñúñez, 1993: 372). Segundo dados recentes, e comparando com outros países da América Latina, a taxa actual de analfabetismo no Brasil (18%) é quatro vezes maior do que a da vizinha Argentina (4%) e o país ocupa uma posição intermédia entre o Equador (12%) e a Bolívia (20%)¹⁴.

Da África portuguesa, não nos dão conta os números de uma história diferente: em 1940, 86,9% de analfabetos em S. Tomé e Príncipe¹⁵, 80% em 1974, ainda 70% em 1985¹⁶; cenário idêntico para a Guiné-Bissau que, em três décadas¹⁷, não conseguiu reduzir os 99,7% para valores inferiores aos 80% de analfabetos. Quanto a Moçambique, já na década de 80 se situava entre os países africanos com taxas de escolarização mais baixas¹⁸ (cerca de 61,5%) combinado com elevados índices de iliteracia 71%, o mesmo sucedendo em Angola cujas estimativas mais optimistas não ultrapassam, nos anos 90, os cerca de 58,3% de alfabetos de todas as idades¹⁹. Actualmente, feitas as contas, os países de língua portuguesa nacional ou oficial, incluindo Portugal no continente europeu, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique na África²⁰ e o Brasil na América são aqueles que apresentam os níveis de literacia mais baixos, respectivamente, da Europa²¹, da África Central e Austral e da América do sul²².

¹⁴ Cf. Marcelo M. Coelho de Souza (1999).

¹⁵ UNESCO (1960) *L'Éducation dans le Monde*, p. 999.

¹⁶ Cf. Inocência Mata (1988).

¹⁷ UNESCO (1960) *L'Éducation dans le Monde*, p. 993; Cf. também, UNESCO (1986), *Statistical Yearbook*.

¹⁸ Nos recenseamentos de 1940 e 1950, os critérios utilizados para estimar a taxa de analfabetismo tinham por universo de extração a população de “assimilados” com 15 ou mais anos de idade. Este artifício estatístico resulta numa subavaliação das taxas de analfabetismo uma vez que a população de “assimilados” não excederia os 20% da população total em cada um dos territórios. Em resultado deste artifício, as estatísticas internacionais, nomeadamente a Unesco, nada mais fazem do que reproduzir os dados oficiais divulgados pelo governo português que estimam a taxa de analfabetismo em Angola, e para 1940 em 38,4% e a de Moçambique, uma década mais tarde, em 12,7%. É evidente que estes números não são compatíveis com os níveis de analfabetismo registados nestes países à data das independências, isto é em 1975, verificando-se taxas globais da ordem dos 80% para ambos os territórios.

¹⁹ Este valor é o resultado de uma projecção efectuada pela Unesco com base no número de analfabetos em Angola em 1985. Cf. Aklilu Habte & Teshome Wagaw (1999: 678-701).

²⁰ No capítulo das taxas de analfabetismo, Cabo Verde (62,9%) e a Guiné-Bissau (54,9%) estão relativamente bem situados face aos restantes países que compõem a África Ocidental dado que nesta região se incluem situações ainda mais dramáticas do ponto de vista do desenvolvimento humano, como é o caso do Burkina Faso (19,2%), do Níger (13,6%) ou da Guiné-Conakry (28%) que estão incluídos entre os países menos desenvolvidos do mundo. Cf. UNESCO (1990) *Compendium of Statistics on Illiteracy*.

²¹ OECD (1997) *Education at a Glance*.

Esta tendência continua a ser confirmada pelos últimos dados produzidos pelo IBE (2003), configurando um padrão de associação entre *lusofonia* e elevados níveis de iliteracia²³.

Este facto não foi apenas notado pelas organizações internacionais. O grupo de investigadores que desenvolve, na universidade de Standford, um trabalho comparativo acerca da difusão mundial da escola de massas entre os finais do século XIX e as últimas décadas do século XX (Boli, Ramirez e Meyer, 1985; Soysal e Strang, 1989; Meyer, Ramirez e Soysal, 1992), chegou a resultados interessantes que devem ser considerados no debate sobre a lusofonia. Com efeito, Portugal foi, em 1844, um dos primeiros países da Europa a introduzir leis de escolaridade obrigatória secundando as iniciativas, nomeadamente, da Prússia (1763), da Dinamarca (1814) e da Suécia (1842). No entanto, e apesar desta precocidade legislativa, as taxas de escolarização em 1870 apresentavam para o caso português, fracos resultados (13%), sobretudo quando comparados com os dos países mencionados, cujos valores médios se situavam já entre os 58% e os 71%. É assim que a construção da escola de massas em Portugal, juntamente com os casos da Itália, da Grécia e da Espanha, se caracteriza por evidenciar uma *construção retórica*, assente nos discursos legislativos, mas onde o Estado (ou alternativamente, como fizeram noutras situações nacionais os grupos sociais ou a Igreja) não foi capaz de concretizar essa retórica numa procura de educação e, logo, em níveis de escolarização concretos²⁴. A tese da «dupla periferização» do atraso educativo português face à Europa vai no mesmo sentido, assinalando duplamente a situação periférica de Portugal, estatística e geograficamente meridional, relativamente ao *norte* alfabetizado e ao próprio *sul* analfabeto (Candeias, 2001: 44). Quanto às colónias portuguesas, consideram os autores que a sua localização nas periferias do sistema mundial as manteve afastadas das influências unificadoras da autoridade e dos princípios dos Estados centrais, dos modelos de individualidade, de cidadania e de sociedade próprios do Ocidente, facto que as terá mantido numa situação de atraso permanente, a despeito das intenções metropolitanas expressas pelos discursos

²² Excepção feita ao Brasil cuja taxa de alfabetização de adultos de 82,8%, é a segunda mais baixa a seguir à da Bolívia, com 79,1%.

²³ Cf. IBE, *Profiles of National Education Systems*, www.ibe.unesco.org (dados actualizados em Dezembro de 2003).

²⁴ Cf. Yasemin Soysal & David Strang (1989: 277-288).

legislativo e político acerca das vantagens da educação²⁵. Apesar do pendor globalizante e quantitativista da análise destes investigadores, há que reconhecer nestes trabalhos a demonstração empírica de um padrão que, como sublinhou Nóvoa (2000: 123), «não pode deixar de nos interpelar, convidando-nos a uma investigação sobre a construção da escola no *Mundo que o português criou*». Com efeito, a ser verdade que a língua portuguesa tenha sido capaz, para fins colonialistas, de se sobrepor aos dialectos locais, aos falares vernáculos, de se impor como norma escrita, de integrar os falares na “língua imperial”, certo é que nunca conseguiu que a escrita se tornasse literacia, que a norma culta se estendesse uniformemente a todos esses povos através, principalmente, de uma escolarização maciça e objectivamente integradora.

Se, como escreveu António Houaiss, «a oralidade da aldeia global é uma mitologia, se não implicar prévio uso da língua literatada para fins, depois orais» (1987: 31), podemos questionar, com margem para tal, a pretensa uniformidade, tanto qualitativa como quantitativa, da dispersão e da utilização da língua portuguesa pelos propalados cerca de 200 milhões espalhados por cinco continentes. Um outro sintoma desta nova mitologia repete-se em cada um dos actos em que algumas classes de portugueses se outorgam o estatuto de “guardiões da língua” e os garantes da sua versão “distinta” e “correcta”. Na ausência de uma glotopolítica coerente e sistemática, essa reivindicação não consegue esconder a crise de legitimidade que se vem agravando quanto à manutenção do português como um meio de expressão em condições de concorrer num mercado linguístico globalizado. Com efeito, a preocupação central com a língua coloca em cena as questões fulcrais características da época dos nacionalismos ao invocar características culturais comuns para reificar a identidade, ao recuperar mitos primordialistas capazes de reinventar tradições e ao forjar argumentos contra os estrangeirismos²⁶.

²⁵ Cf. John Meyer, Francisco Ramírez & Yasemin Soysal (1992: 128-149).

²⁶ Como qualquer narrativa do presente, o discurso sobre a lusofonia está historicamente associado a vários momentos de excepção, que se exprimem colectivamente em movimentos de exaltação, de exacerbação da identidade, de afirmação da nacionalidade. Mas é por se objectivarem, sob a forma de disposições intelectuais incorporadas, que é possível estabelecer com o passado um traço de união que, quando identificado, sublinha um padrão de continuidade entre esses mesmos discursos. São estes esquemas intelectuais, escreve Chartier, que «criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado» (2002: 17). Nesse sentido é através do discurso que se estabelece um padrão relativamente estável de referentes simbólicos — um conjunto de representações invariantes — e, ao mesmo tempo, na qualidade de recursos disponíveis para uma apropriação diferencial pelos vários grupos, uma série de configurações sujeitas a uma actualização e reconstrução permanente. É nesse sentido que Eric Hobsbawm chama a atenção para a necessidade de estudar as práticas de «invenção da tradição» a propósito da relação de intermediação que se estabelece

Mas este “estrangeiro” objectivado nas línguas, na oralidade e na escrita, este invasor silencioso que parece estar em todo o lado e em parte alguma, é também suficientemente concreto para se impor no quotidiano das populações, dos media aos suportes de comunicação à distância, passando pelas terminologias empregues na organização do trabalho, nos hábitos de consumo ou nas opções de lazer. Permeando as classificações tradicionais da hierarquização das sociedades, manifestando-se não apenas em alterações no *habitus* como no próprio *habitat* das sociedades contemporâneas, as línguas hegemónicas (o Inglês, sobretudo) invadem as línguas nacionais e oficiais, fixando no corpus lexical os *estrangeirismos* que constroem a marca da sua superioridade.

Não é por acaso que a criação da CPLP tem sido acompanhada por um discurso de contra-ataque cultural, contrariando a tendência para a pulverização, a desagregação do “espírito” ou desvio da “essência” da norma linguística portuguesa, celebrando sobretudo a existência das literaturas lusófonas, isto é, das literaturas portuguesa e brasileira em primeiro lugar, e só depois da “natural” penetração de ambas nas línguas africanas²⁷. Ao afirmar-se pela defesa de uma suposta superioridade da norma culta e literata do português padrão, quer face à Europa, quer em relação às ex-colónias, a retórica da lusofonia estabelece o ponto de observação privilegiado a partir do qual se estabelecem as formas correctas, estéticas e formais pelas quais se devem guiar todas as outras manifestações linguísticas. Neste sentido, a retórica da CPLP recortando do campo da ciência linguística os argumentos e a legitimidade estratégica para impor uma nova conotação do significado *lusofonia*, fá-lo em nome da uniformidade — enaltecendo a norma e anulando os dialectos ou, o que vai dar ao mesmo, construindo uma nova estereotipia das expressões individuais, por exemplo, numa só literatura “lusoafricana”, não conseguindo disfarçar que, nesse impulso se exhibe o desejo de tutelar essa falsa uniformidade.

entre a representação e a apropriação de símbolos nacionais, narrativas históricas, etc. (Hobsbawm e Ranger, 1989). Existem então possibilidades múltiplas de apropriação das representações instituídas, tanto mais eficazes quanto melhor se apresentarem como inovações discursivas reconhecidas historicamente como legítimas para todos.

²⁷ Veja-se a este propósito o artigo de Pires Laranjeira (1988: 147-156).

Esta visão do mundo das linguagens, profundamente centrípeta, tem coexistido com várias resistências, nomeadamente com as hesitações constantes pelas quais tem passado a “construção da comunidade”, tanto do lado “lusó-americano” como do “lusó-africano”. De um ponto de vista formal, a história da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é recente: a ideia do seu lançamento teve origem em 1993, ainda que só tenha sido institucionalizada em 1996 sob a forma de uma Declaração Constitutiva assinada pelos Chefes de Estado e de Governo dos Sete Países da Língua Portuguesa²⁸. Este esforço diplomático foi, contudo, precedido de um conjunto de iniciativas de vária índole com origens nacionais e entidades formalmente distintas, mas com um objectivo comum: o da normalização cultural e literária do português como língua comum. Para esta configuração concorreram, nomeadamente: os acordos ortográficos de 1986, 1988²⁹ e o acordo de 1990³⁰; a realização do I Encontro Internacional de Lusofonia, em 1988³¹ e a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, em 1989³², não esquecendo as actividades desenvolvidas pelas *Irmandades da Fala* da Galiza, cujo papel no chamado «reintegracionismo linguístico» tem procurado uma aproximação constante às literaturas lusófonas.

Mas o que significa realmente este repentino interesse “glotopolítico”? Em nome da preservação da “comunidade de expressão portuguesa” a estratégia retórica da lusofonia desvenda um projecto metafísico de proximidade que consagra a dimensão ocidental da língua (a língua norma, a língua franca do mercado e a língua lírica da alta cultura) em detrimento dos vários pólos da mesma língua (dialectos, falares regionais,

²⁸ É de salientar que a proposta de constituição da CPLP é da iniciativa do Chefe da Missão diplomática brasileira em Portugal, Embaixador José Aparecido de Oliveira e coincide com a entrada em vigor da União Europeia (1º de janeiro de 1993) em que Portugal toma assento como membro de pleno direito. Entre a formulação da proposta do diplomata, a aprovação presidencial brasileira e o despoletar dos contactos com os Governos dos seis Estados convocados, decorrem vários encontros preparatórios que pontuam, com algumas hesitações, os dois anos seguintes. O primeiro destes encontros, realizou-se em Outubro de 1993, no Rio de Janeiro, organizado pelo Jornal do Brasil; o segundo em Dezembro desse mesmo ano, em Lisboa, organizado pelo Jornal de Letras; o terceiro encontro realizou-se em Janeiro de 1994, em Luanda; o quarto encontro em Junho, em Cabo Verde, na Cidade da Praia e o quinto, em Brasília, no mês de Outubro.

²⁹ Denominados como as «Bases analíticas da Ortografia Simplificada» que contribuíram para a unificação gráfica da língua portuguesa, nas suas realizações variantes do diassistema comum, galega, portuguesa e brasileira.

³⁰ Assinado entre os “Sete” em Lisboa, em Dezembro desse mesmo ano.

³¹ Realizado em Madrid, na Casa do Brasil.

³² Da iniciativa do Embaixador José Aparecido de Oliveira, na altura Ministro de Estado e da Cultura do Governo Brasileiro e pelo Presidente José Sarney, a ideia deste Instituto foi lançada em Novembro de 1989 na cidade de São Luís do Maranhão, no Brasil, e reuniu a primeira Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo do Brasil, de Portugal e dos países africanos de língua oficial portuguesa. Este Instituto nunca chegou a entrar em funções. Cf. Dário Castro Alves (1999: 218).

crioulos) que a apropriaram, assim como condena ao abandono (pela ausência de uma política de manutenção dessa mesma norma, do seu mercado e da cultura que lhe é própria) os falantes legítimos que, por via da diáspora, estão inseridos noutros Estados, mas fora de Portugal assim como os dos países africanos de expressão portuguesa³³. Este novo tipo de dominação, a de uma minoria de 10 milhões sobre os quase 200 milhões que a utilizam quotidianamente, ignora verdadeiramente a intensidade do fenómeno linguístico enquanto *fenómeno social*, essa língua sem sujeito porque é ela mesmo o “sujeito” que fala através daqueles que a falam. É assim que a língua *instituição política* deve quase tudo à qualidade de ser, ela própria, *instituição social*.

Um último ponto. Se a língua oficial é formada pelo conjunto de indivíduos que são capazes de articular com correcção e distinção os elementos que a constituem, podemos entretanto considerar que não são esses os milhões que a falam mas, antes, um imenso universo de constelações de falantes que usam as mesmas leis, mas com resultados diferentes. Em contacto com a língua de colonização, os povos que apropriaram o português de formas plurais imprimiram-lhe as diversidades das suas experiências culturais. No Brasil como em África, cada povo moldou e recriou a língua portuguesa, integrando-a nas particularidades locais. Modificou-lhe a modulação – a sonoridade, o ritmo –, produziu variantes, *crioulizou-se* (Chabal, 1996: 94). Dito de outra maneira, entre a língua oficial e os seus usos correctos e as linguagens legítimas com usos apropriados, há um espaço criado pela possibilidade de um maior ou menor entendimento. Entre um extremo e outro, a forma como cada conjunto de indivíduos se apropria do português como meio de comunicação é, certamente, muito diferente: por exemplo, entre um ilhéu do Corvo e um transmontano; entre o povo cabo-verdiano e povo São-Tomense; entre a comunidade de portugueses na Venezuela ou na África do Sul.

Ora o que a *lusofonia* exprime é precisamente essa totalidade de falares diferentes, de expressões linguísticas, lexicais, fonéticas e sintácticas que confere sentidos e sons inteligíveis e intermutáveis, para uns e outros, quer na emissão, quer na recepção, sons e sentidos que, sendo diferentes, são também, objectiva e

³³ É ao seu papel enquanto embaixadores da língua que devemos, apesar de tudo, que essa norma seja mantida como “mínimo linguístico” o que possibilita, como afirmou Bourdieu, a existência de um conjunto de termos restrito que permite a circulação de sentidos e a produção de discursos sobre a língua (Cf. Bourdieu, 1998: 36-7).

simbolicamente falando, equivalentes (Schriewer, 1993: 249). É à dinâmica da língua portuguesa imprimida pelas variedades produzidas pelos seus falantes que devemos a possibilidade de *imaginar*, mais do que aos cento e muitos milhões, esse «amplo manto de uma língua comum que é referente de culturas afins ou diversas, [e que] é, apesar ou por causa da sua variedade, aquele espaço ideal onde se comunicam e se reconhecem na sua particularidade partilhada todos quantos os acasos da história aproximou» (Lourenço, 1999a: 124). A lusofonia enquanto *instituição social* é, por contraponto à língua *instituição política*, essa articulação viva que mantém, actualiza e recria, modula, apropria e amplia, pelos espaços oficiais (e informais), físicos (e imateriais), tanto a norma como o seu desvio. São essas palavras ditas, escritas ou imaginadas, feitas de uma mesma matéria, que nos permitem comunicar, interagir e imaginar as coisas imateriais que a ela se vinculam. É a este *continente imaterial*, composto de culturas diversas, espaço fragmentado onde se comunicam e se reconhecem povos e comunidades que partilham a mesma língua que referimos *o conceito de lusofonia*. Porque é nessas variantes e na amálgama do registo cultural partilhado que nos é, porventura, possível reconhecer a passagem, a permanência (ou a ausência) do colectivo que habita na intimidade do sujeito que é a própria língua «que se vive como pátria, ou a alma dela» (Lourenço, 1999b: 131).

A identidade como uma construção

Um dos discursos mais frequentados na questão da lusofonia é o da *identidade*. Como se a língua fosse um acto natural, procura-se um limiar mínimo da autodefinição da lusofonia e das suas várias componentes práticas que só podem ser percebidas, descritas, entendidas e verbalizadas pelos que participam nessa comunidade. Ora, nenhum lusófono saberá nomear extensiva e detalhadamente os “nós” e os “laços” que unem, ou separam, na lusofonia o sentimento de pertença a uma comunidade. Seria de resto interessante empreender um trabalho sobre a auto-percepção ou auto-referenciação do sentido da lusofonia para várias categorias de falantes de português. Os falantes de português que a têm como língua-mãe, terão a mesma concepção da lusofonia que os falantes de português que têm como língua materna uma das oito línguas bantu de moçambique? Dito de outra maneira, o monolinguismo/plurilinguismo afecta a relação que cada povo mantém com as suas origens linguísticas, com a política da língua e com

a sua experiência social e afectiva dentro de uma determinada língua? Crescemos na língua ou é ela que cresce em nós?

A língua, considerada em abstracto, não permite responder a qualquer destas questões a menos que, como temos vindo a sugerir, à língua *instituição política* se ligue a existência prática dos seus usos. É na dobra dessa relação entre os actos de poder e de dominação que afectam a sua actualização em linguagem, escrita e falada, isto é, à relação entre o *poder* e o *saber* que poderemos trabalhar sobre as questões da identidade (Foucault, 1994). Só assim poderemos entender que toda a cultura se institui pela imposição unilateral de alguma política da língua e que é esta imposição que permite nomear, impor ou legitimar as designações, mas que, ao mesmo tempo, esta imposição não é senão uma das expressões terminais desse poder omnipresente que «se produz a cada instante, em todos os pontos, ou antes em todas as relações de um ponto com outro» (Foucault, 1994). É assim que, enquanto para uns a língua é a «língua de partida», a primeira, a «língua-mãe que cresce em nós», para outros ela não será senão a «língua de chegada» ou «a monolíngua *do* Outro, a que *é* do Outro, que vem do Outro, [é] *a* vinda do Outro» (Derrida, 2001: 101). Para os que vivem a língua como a língua do *Outro*, a cultura da língua é sempre uma relação de hegemonia e também, porque esta língua se impõe como Lei, como homo-hegemónica, «apagando as dobras e alisando o texto» (Derrida, 2001: 56).

Porém, mesmo para aqueles em que a «língua de chegada» é a língua materna, a cultura da língua é algo descontínuo, uma hetero-hegemonia que é dada pela diferença de tratamento a que os locutores sujeitam a sua própria locução pelos espaços em que dela fazem uso. Há hoje lusófonos que pertencem a várias nações, a várias culturas e a vários Estados. A sua identidade é-lhes dada, não pelo Estado em que falam, mas pelo “estado” da sua língua num determinado contexto, pela diferença de *estatuto* que lhes é conferido por falarem português *do* Brasil, português *de* Moçambique, português *de* Portugal, ou português *na* Venezuela, *na* França, *na* África do Sul, etc. Porque é na actualização da língua, sob a forma de «*habitus* linguísticos orquestrados» e de «produções orais desses hábitos», que os seus falantes se distinguem e se hierarquizam: pelo sotaque que exibem, pela riqueza lexical, pela distinção e correcção com que a língua é utilizada, pela pronúncia, etc. No seu estado prático, a capacidade de utilização de uma língua, a maior ou menor distância exibida por um locutor face à norma padrão,

à língua legítima, na fala como na escrita, é portadora de uma diferenciação que transforma os desvios linguísticos em distâncias sociais (Bourdieu, 1998: 38). A construção da diferença, aqui, é fundada na desigualdade, na segregação ou na discriminação. Para que a língua seja vivida e actualizada como diferença, ela tem de revestir-se de qualidades positivas, veicular um recurso, contribuir com sentido para a existência dos que decidem reconhecer-se e investir-se nela.

Outro aspecto da relação língua-identidade diz respeito à representação dos espaços ocupados por uma língua, o que não corresponde exactamente à linguagem que foi ocupando os espaços da sua dispersão. Para os milhões de sujeitos-actores que falam a língua portuguesa trata-se de uma realidade descontínua. Por duas ordens de razões. A primeira, porque não podemos postular a existência de formas puras de nenhuma *forma* — nem da língua, nem da identidade, nem da pertença a uma comunidade nem, tão pouco, da forma como a língua, a identidade e a cultura se cruzam na vivência dos povos aglutinados em comunidades, nações, países ou em grupos virtuais. A segunda, porque também não podemos postular a existência de *uma* identidade, mas de *identidades* múltiplas e sobrepostas, organizadas em dobras, umas expostas outras recobertas, e que ora recidivam ora transformam, consoante as experiências pessoais e colectivas. Consequentemente, não se é “apenas” africano, é-se africano-árabe-macua, africano-senga-cristão, africano-thonga-protestante, africano-ronga-animista-católico e infinitamente, por aí adiante, consoante os critérios da designação propostos, sujeitos ainda assim a todas as multiplicações e desdobramentos possíveis. Do mesmo modo, não se é simplesmente “português”. É-se português do continente, português ilhéu, português-transmontano e poderíamos acrescentar: português-do-norte, português-da-raia, português-serrano e assim sucessivamente. Um “lusó-africano” é um luso que nasceu em África ou um africano que nasceu em Portugal? Um “lusó-descendente” é moçambicano, guineense ou brasileiro? Em suma, nem sempre são os limites geográficos das fronteiras políticas que melhor definem as margens da inclusão/exclusão; as identidades não são modulares, mas gradações híbridas que formam os indivíduos na sua relação com o seu meio ambiente social, económico e cultural.

CONCLUSÃO

Quando nos referimos à *lusofonia*, queremos delimitar um espaço ocupado pela diversidade de falantes que usam o português, não como língua oficial *strictu sensu*, mas como «língua de intercompreensão». Consideramos a língua portuguesa como um veículo através do qual se inscreveram, nos povos que nela participaram, os discursos sobre o *nós* e o *outro*, as narrativas da construção da «identidade imaginada», as formas correctas da sua utilização e os seus desvios, os valores, representações e formas de conhecimento que permitiram referir uma comunidade a um conjunto de ideias, saberes e práticas. É portanto um entendimento dinâmico da língua portuguesa, que a não vê apenas como um instrumento de difusão cultural (ligado à sua institucionalização como língua de dominação) mas como um fenómeno social de transformação cultural (ligado à sua apropriação social como língua de colonização). Segundo este pressuposto, os sons da *lusofonia* constroem sentidos (e silêncios) para os que participam na sua apropriação diferenciada, inscrevem nestes grupos, em temporalidades próprias, modelos e maneiras de ser, pensar, sentir e fazer, isto é, uma cultura híbrida, ambivalente e, por vezes, ambígua. É neste espaço de identidade pela diferença que se define o *campo teoricamente concebível* da nossa especificidade (Nóvoa, 2000: 127), vertido nas literaturas, nos textos e nas narrativas históricas resultantes do encontro colonial e nos correspondentes prolongamentos pós-coloniais.

É também sobre estas descontinuidades, que podemos trabalhar a especificidade das características discursivas que ligam singularmente os espaços da lusofonia. No entanto a análise deste campo terá de desenvolver-se no interior de um quadro historicamente definido e referido a categorias de conteúdo particulares. Mas com cautelas. Se não quisermos correr o risco de resvalar para explicações hermenêuticas centradas na discussão das «influências» político-ideológicas, este projecto de comparação tem de recusar as auto-descrições informadas por noções próprias do sistema tais como “vocação”, “tradição”, “origens históricas” que apenas nos encerram em relações de interdependência circular com o próprio objecto. O campo que o (des)continuum colonial/pós-colonial abre à análise comparada está quase inteiramente por explorar: estão por resgatar os sons, sentidos e os silêncios da *lusofonia*, todo o campo intertextual, dos não-ditos às meta-narrativas; estão por desenvolver novas formas de pensamento relacional apoiadas na investigação sócio-histórica. Se formos

capazes, como diria Bourdieu, de exorcizar o sonho da «ciência real», investida do poder quase divino de fundar (di)visões do mundo, este facto constitui, sem dúvida, um importante desafio para a investigação comparada (Bourdieu, 1998: 132).

REFERÊNCIAS CITADAS NO TEXTO

- Alves, Dário Castro (1999). *Glotopolítica, Línguas do Mundo, Lusofonia e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Anglofonia. Russofonia*. Centro de História da Cultura, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Bachelard, Gaston (1989). *La Formation de l'Esprit Scientifique. Contribution a une psychanalyse de la connaissance objective*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- Bastos, Cristiana; Almeida, Miguel Vale e Feldman-Bianco, Bela, coords. (2002). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Boli, John, Ramírez, Francisco e Meyer, John, (1985). "Explaining the Origins and Expansion of Mass Education." *Comparative Education Review*, 29 (2), pp. 145-170.
- Bourdieu, Pierre (1998). *O que falar quer dizer*. Lisboa: Difel.
- Candeias, António (2001). "Processos de Construção da alfabetização e da escolaridade: O caso português." In *Transnacionalização da Educação: Da crise da educação à "educação" da crise* [Stoer, Stephen, Cortesão, Luiza & Correia, José A., orgs.] Porto: Afrontamento, pp. 23-89.
- Chabal, Patrick (1996). *The postcolonial Literature of Lusophone Africa*. London: Hurst & Company.
- Chartier, Roger (2002). *A História Cultural, entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.
- Cipolla, C. M. (1969). *Literacy and Economic Development in the West*, Baltimore, Maryland: Penguin Books.
- Derrida, Jacques (2001). *O Monolinguismo do Outro ou a Prótese de Origem*. Porto: Campo das Letras.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (2001). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- Dicionário da Língua Portuguesa* por J. Almeida Costa e A. Sampaio e Melo (1985). Porto: Porto Editora [6ª edição].
- Dicionário de Língua Portuguesa Cândido de Figueiredo* (1986). Venda Nova: Bertrand, vol II [23ª edição].
- Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora*, www.portoeditora.pt.
- Dicionário de Língua Portuguesa de António de Morais Silva* (1954). Lisboa: Editorial Confluência, vol. VI [10ª edição].
- Dicionário de Língua Portuguesa* elaborado por Antenor Nascentes (1966). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras: Departamento de Imprensa Nacional; 3º Tomo.
- Dicionário Melhoramentos da Língua Portuguesa* (1977). São Paulo: Melhoramentos.
- Flora, P. (1983). *State, Economy, and Society in Western Europe 1815-1975. A Data Handbook in Two Volumes*, London: MacMillan Press.
- Fontenla, J. F. (1987). "O Fenómeno Literário nos Países Lusófonos: literatura galega, portuguesa, brasileira e africana." *Cadernos do Povo/Revista Internacional de Lusofonia*. Pontevedra/Braga, nºs 2/3/4 Maio - Dezembro de 1987.
- Fontenla, J. F. (1988a). "A Lusofonia, unificação linguística ortografia política e linguisticocultural." *Revista Internacional da Lusofonia de Sociopedagogia e Sociolinguística*. Fundação Europeia Viqueira/ Instituto Internacional da Lusofonia. Pontevedra/Braga, nºs 14 – 20, 1988/89.

- Fontenla, J. F. (1988b). “Sobre o Conceito da Lusofonia e a nossa Literatura”, Comunicação ao Simpósio de Cultura Angolana, Porto, 17 a 20 de Maio de 1989, In A Lusofonia, unificação linguística, ortografia política e linguisticocultural. *Revista Internacional da Lusofonia de Sociopedagogia e Sociolinguística*. Fundação Europeia Viqueira/Instituto Internacional da Lusofonia. Pontevedra/Braga, nos 14-20, 1988-89, pp. 83-90.
- Foucault, Michel (1969). *L'archéologie du savoir*. Bibliothèque des Sciences Humaines. Paris: Gallimard.
- Foucault, Michel (1994). *História da sexualidade – I. A Vontade de saber*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Foucault, Michel (2001a). *Dits et écrits I, 1954 – 1975*. Paris: Quarto Gallimard.
- Ginzburg, Carlo (1990). *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Graff, Harvey (1979). *The Literacy Myth*. New York, San Francisco and London: Academic Press.
- Grande Dicionário Brasileiro Melhoramentos* (1975). São Paulo: Melhoramentos.
- Grande Dicionário da Língua Portuguesa Cândido de Figueiredo* (1996). Venda Nova: Bertrand, vol III [25ª edição].
- Grande Dicionário da Língua Portuguesa* [José Pedro Machado, coord.] (1981). Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa e Amigos do Livro Editores, vol VI.
- Habte, Aklilu & Wagaw, Teshome (1999). “Education and Social Change”. In *UNESCO General History of Africa* [A. A. Mazrui, ed.]. Paris: UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), vol VIII.
- Hobsbawm, Eric e Ranger, Terence, eds. (1989). *The Invention of Tradition*. Cambridge: University Press.
- Houaiss, António (1987). “Sobre o Mundo da Lusofonia e a Natureza da Literatura”, in O Fenómeno Literário nos Países Lusófonos: literatura galega, portuguesa, brasileira e africana. *Cadernos do Povo/Revista Internacional de Lusofonia*. Pontevedra/Braga, nº 2/3/4 Maio - Dezembro de 1987, pp. 21-33.
- IBE (2003). *Profiles of National Education Systems*, www.ibe.unesco.org
- Jakobson, Roman (1977). *Seis Lições sobre o som e o sentido*. Lisboa: Moraes.
- Kristeva, Julia (1980). *História da Linguagem*. Lisboa: Edições 70.
- Laranjeira, J. L. Pires (1989). “A cumplicidade luso-brasileira na identidade e identificação das literaturas africanas”. *Revista Internacional da Lusofonia*. Pontevedra/Braga, nº 5-14, pp.147-156.
- Leroi-Gourhan, André (1981). *O gesto e a palavra*. Lisboa: Edições 70.
- Lourenço, Eduardo (1999a). *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa: Gradiva.
- Lourenço, Eduardo (1999b). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa: Gradiva.
- Macedo, Braga (1996). *Europa e Lusofonia, política e financeira: uma interpretação*. Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.
- Mata, Inocêncio (1988). “A Língua Portuguesa em São Tomé e Príncipe”. In: A Lusofonia, Unificação Linguística Ortografia Política e Linguisticocultural. *Revista Internacional da Lusofonia de Sociopedagogia e Sociolinguística*. Fundação Europeia Viqueira/

- Instituto Internacional da Lusofonia. Pontevedra/Braga, nº 14 – 20, 1988/89, pp.159-164.
- Melhoramentos, Dicionário Prático da Língua Portuguesa* (1995). São Paulo: Melhoramentos.
- Meyer, John; Boli, John; Thomas, George; Ramírez, Francisco (1997). World Society and the Nation-State. *American Journal of Sociology*, Vol. 103 (1), pp. 144-81.
- Meyer, John; Ramirez, Francisco & Soysal, Yasemin (1992). “World Expansion of Mass Education, 1870-1980”. *Sociology of Education*, 65 (2), pp. 128-149.
- Michaelis, Dicionário Prático de Língua Portuguesa* (1987). São Paulo: Melhoramentos.
- Moderno Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis* (1998). São Paulo: Melhoramentos.
- Novo Dicionário Brasileiro Ilustrado* (1962). São Paulo: Melhoramentos.
- Nóvoa, António & Schriewer, Jürgen [eds.], (2000). *A Difusão Mundial da Escola*. Lisboa: Educa.
- Nóvoa, António (1995). “On History, History of Education, and History of Colonial Education”. In *Paedagogica Historica, International Journal of the History of Education*, [António Nóvoa, Marc Depaepe & Erwin Johanningmeier, eds]. Supplementary Series. vol. I, pp .23-61.
- Nóvoa, António (1998). *Histoire & Comparaison (Essais sur l'Éducation)*. Lisbonne: Educa.
- Nóvoa, António (2000). “Tempos da Escola no espaço Portugal-Brasil-Moçambique: dez digressões sobre um programa de investigação”. In *A Difusão Mundial da Escola* [Nóvoa, A. & Schriewer, J., eds]. Lisboa: Educa, pp.121-141.
- Núñez, Clara (1993). “Educación y desarrollo económico en el continente americano”. In *La maldición Divina, Ignorancia y atraso económico en perspectiva histórica* [Núñez, Clara & Tortella, Gabriel, eds.] Madrid: Alianza Editorial, pp.359-380.
- OECD (1997). *Education at a Glance, Indicators of Educational Systems*. Paris: OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development).
- Pinto, José Madureira (1978). *Ideologias: inventário crítico dum conceito*. Lisboa: Editorial Presença/ Gabinete de Investigações Sociais.
- Popkewitz, Tom & Lindblad, Sverker (2001). “Estatísticas Educacionais como um Sistema de Razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais”, *Educação e Sociedade*, XXII, nº 75, pp.111-148.
- Ramalho, Maria Irene & Ribeiro, António Sousa, orgs. (2002). *Entre Ser e Estar — raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Afrontamento.
- Ramírez, Francisco & Boli, John (1987). “The Political Construction of Mass Schooling: European Origins and Worldwide institutionalization.” *Sociology of Education*, 60 (January), pp.2-17.
- Ramirez, Francisco & Rubinson, Richard (1979). “Creating Members: The Political Incorporation and Expansion of Public Education”. In *National Development and the World System* [Meyer, John & Hannan, Michael, eds.] Chicago/London: The University of Chicago Press.
- Reis, Jaime (1993). “El analfabetismo en Portugal en el siglo XIX: una interpretación”. In *La maldición Divina, Ignorancia y atraso económico en perspectiva histórica* [Núñez, Clara Eugenia y Tortilla, Gabriel, eds]. Madrid: Alianza Editorial, pp. 237-269.
- Ricoeur, Paul (1983). *Temps et récit*. Tome I. Paris: Éditions du Seuil.
- Sandberg, Lars (1993). “Ignorancia, pobreza y atraso económico en las primeras etapas de la industrialización europea: variaciones sobre el gran tema de Alexander Gerschenkron”.

- In *La maldición Divina, Ignorancia y atraso económico en perspectiva histórica* [Núñez, Clara & Tortella, Gabriel, eds.], Madrid: Alianza Editorial, pp.61-88.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002). “Entre Prospero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade.” In *Entre Ser e Estar — raízes, percursos e discursos da identidade*. [Ramalho, Maria Irene & Ribeiro, António Sousa, orgs]. Porto: Afrontamento, pp. 23-85.
- Schriewer, Jürgen (1993). “El Método Comparativo y la Necesidad de Externalización: criterios metodológicos y conceptos sociológicos”. In *Manual de Educación Comparada* [Schriewer, Jürgen e Pedró, Francesc, eds.]. Barcelona: PPU, pp.189 - 251.
- Silva, A. Santos & Jorge, V. Oliveira, orgs. (1993). *Existe uma Cultura Portuguesa?* Mesa-redonda realizada na Casa das Artes, Porto, em 27 de Abril de 1992. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto: Afrontamento.
- Soares, Bernardo (2001). *O Livro do Desassossego*. Lisboa: Assírio & Alvim [3.^a edição].
- Sobrinho, Barbosa Lima (2000). *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pp.133-4.
- Souza, Marcelo M. Coelho de (1999). *O Analfabetismo no Brasil sob o Enfoque Demográfico*. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada.
- Soysal, Yasemin & Strang, David (1989). “Construction of the First Mass Education Systems in Nineteenth-Century Europe”. *Sociology of Education*, 62 (10), pp. 277 – 288.
- Tabucchi, António (2000). “A pátria da língua e o exílio do escritor”. *AUTODAFE*, nº 1, pp. 77-80.
- Triebel, A. (2001). “The Roles of Literacy Practices in the Activities and Institutions of Developed and Developing Countries.” In: *The Making of Literate Societies*, [David R. Olson & Nancy Torrance, eds.], Oxford: Blackwell, pp.19-53.
- UNESCO (1960). *L'Éducation dans le Monde. II. L'Enseignement du Premier Degrée*, Paris: UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization).
- UNESCO (1986). *Statistical Yearbook*, Paris: UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization).
- UNESCO (1990). Compendium of Statistics on Illiteracy, N° 31, *Division of Statistics on Education, Office of Statistics*, Paris: UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization).
- Veyne, Paul (1989). *O inventário das diferenças*. Lisboa: Gradiva.